



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2015.0000627542

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001701-60.2007.8.26.0257, da Comarca de Ipuã, em que é apelante LUCIANA SILVA, é apelado PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUA.

ACORDAM, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e ANTONIO TADEU OTTONI.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.

Soares Levada

RELATOR

Assinatura Eletrônica

FORO DE IPUÃ – Vara Única

APELANTE: LUCIANA SILVA

APELADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ

V O T O Nº 28457

Acidente de veículo. Atropelamento. Culpa exclusiva da vítima. Ação improcedente. Apelo improvido.

1. Adota-se o relatório de fl. 369/370:

“Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 323/326, que julgou improcedente ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos. Em razão da sucumbência, a parte autora foi condenada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados no valor correspondente a 10% do montante atualizado à causa, observado o disposto no artigo 12 da Lei Federal nº 1.060/50. Em sede recursal, a parte apelante postulou a inversão do resultado da lide. O recurso de apelação, tempestivo e dispensado de preparo, em razão da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, foi recebido no duplo efeito e respondido.”

É o relatório.

Fundamento e decidido.

2. Preliminarmente, o juiz não é obrigado a determinar a produção de provas requeridas pelas partes se, a seu sentir, o que se quer provar já está, ou deveria estar, demonstrado nos autos de maneira a permitir a formação de seu livre convencimento. Desnecessária a realização de segunda perícia médica, sobretudo quando o primeiro laudo, elaborado por perito de confiança do juízo, atendeu à formação da convicção do juiz. Respeitado, pois, amplamente o princípio da obrigatoriedade da fundamentação (CF, 93, IX), do livre convencimento, persuasão racional, contraditório e ampla defesa. Rejeita-se o agravo retido.

Não procedem as razões recursais.

Trata-se de ação em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 17.12.04, no cruzamento entre a Rua Moreira César e a Avenida Floriano Peixoto, no Município de Ipuã/SP, consistente na colisão de ônibus de propriedade da ré com a bicicleta conduzida pela autora que, em decorrência do evento, experimentou lesões de natureza grave.

O artigo 37, § 6º da Constituição Federal, atribui ao Estado a responsabilidade objetiva em caso de danos causados a terceiros, independentemente de dolo ou culpa, desde que provado o nexo causal entre a omissão ou comissão do agente público e os prejuízos sofridos por terceiro. As únicas hipóteses que afastam a comprovação do nexo causal são: o caso fortuito, a culpa exclusiva da vítima ou a força maior.

Infelizmente, evidenciada a culpa exclusiva da autora. Conforme se observa na minuciosa sentença proferida pelo Dr. Marcos de Jesus Gomes:

“Os documentos acostados à inicial, especialmente o Boletim de Ocorrência de fls. 27/28, deixou clara a realidade dos fatos. Narra o boletim de ocorrência que a autora deu causa ao

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
34ª Câmara de Direito Privado

acidente ao não respeitar o sinal de parada obrigatória, vindo a colidir com ônibus em sua parte esquerda, vindo então a sofrer queda e as lesões narradas.

Prova disso é o arquivamento do inquérito policial instaurado na época (fl. 25/72), onde foram acolhidas as razões aduzidas pelo representante do Ministério Público, que narrou que a autora não tomou os cuidados necessários, desobedecendo o sinal de parada obrigatória, acabando por colidir com o ônibus, conforme depoimentos das testemunhas ouvidas (fl. 69/70).

Trata-se o boletim de ocorrência de documento público, gozando de presunção juris tantum de veracidade, competindo à autora provar, de forma inequívoca, a culpa do preposto da requerida, nas modalidades negligência, imprudência e imperícia, nos termos do art. 333, I, do CPC, o que não ocorreu no caso em foco.

Denota-se assim que não podia ser reconhecida a responsabilidade do preposto do requerido, condutor do ônibus, tendo em vista ser evidente que a autora, ao não respeitar o sinal de para obrigatória, conforme apurado por investigação policial devidamente arquivada, colaborou decisivamente para a ocorrência do evento.”

Inexistente o nexo causal entre a culpa pelo acidente e os danos dele decorrentes, não há que se adentrar ao mérito dos danos estéticos e morais pleiteados. Sobretudo quando o laudo pericial afirma a existência de incapacidade laborativa **total e temporária estimada em 120 dias após o acidente** (fl. 273).

3. Pelo exposto, nega-se provimento ao apelo.

SOARES LEVADA
Relator